

Vozes femininas a favor da instrução das mulheres nos jornais oitocentistas: *A Assembléa Litteraria* e *A Voz Feminina**

Women's voices in favour of women's education in 19th century newspapers: A Assembléa Litteraria and A Voz Feminina

SÓNIA COELHO

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Centro de Estudos em Letras

ccoelho@utad.pt

<http://orcid.org/0000-0002-8611-5209>

SUSANA FONTES

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Centro de Estudos em Letras

sfontes@utad.pt

<http://orcid.org/0000-0003-4414-9248>

Texto recebido em / Text submitted on: 10/09/2020

Texto aprovado em / Text approved on: 29/09/2021

Resumo. O século XIX constitui-se como um marco na história da imprensa feminina portuguesa.

Datam deste período as primeiras colaborações femininas em periódicos, assim como a criação dos primeiros jornais destinados e dirigidos por mulheres, como é o caso de *A Assembléa Litteraria* e de *A Voz Feminina*, que se constituem como dois periódicos pioneiros na luta pela causa feminina. Neste sentido, no presente artigo é nosso objetivo analisar as vozes das mulheres presentes na imprensa oitocentista, especificamente nos jornais anteriormente mencionados, que se constituem como uma fonte inestimável de informação acerca da mentalidade da época. Destacaremos as ideias destas mulheres em favor do seu sexo e do acesso a direitos fundamentais, como a instrução, chave para a emancipação intelectual do sexo feminino. Para levar a cabo esta investigação, foram consultadas fontes bibliográficas e hemerográficas.

Palavras-chave. Século XIX, mulheres, *A Assembléa Litteraria*, *A Voz Feminina*, instrução feminina.

Abstract. The nineteenth century is a landmark in the history of the Portuguese women's press.

The first women's contributions in periodicals date from this century, as well as the creation of the first newspapers aimed at women and directed by women, such as *A Assembléa Litteraria* and *A Voz Feminina*. These two publications are considered pioneering newspapers in the struggle for the feminine cause. In this sense, we intend to analyze the women's voices in the nineteenth-century press, an inexhaustible source of information about the mentality of the time. We would like to highlight these women's ideas in favor of their sex and, particularly, the access to instruction, key to women's intellectual emancipation. To carry out this investigation, bibliographic and hemerographic sources have been consulted.

Keywords. Nineteenth century, women, *A Assembléa Litteraria*, *A Voz Feminina*, female instruction.

* Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), no âmbito do Centro de Estudos em Letras, com a referência n.º UIDP/00707/2020.

Considerações iniciais

Na sociedade portuguesa oitocentista, os papéis associados ao sexo masculino e feminino encontravam-se bem demarcados, cabendo ao homem a esfera pública e à mulher a esfera privada. Neste século, prevalecia a imagem da mulher como filha, esposa e mãe, numa hierarquia claramente definida que a colocava a um nível inferior e dependente, inicialmente do pai e posteriormente do marido. Neste sentido, a mulher estava praticamente ausente do espaço público, muitas vezes por se considerar que não era detentora de capacidades intelectuais e físicas para tal. Na verdade, esta ideia de que a mulher era inferior ao homem era recorrente na época, como, por exemplo, uma passagem pelos manuais de civildade nos permite constatar. Na obra anónima *Elementos da civildade e da decencia, para instrução da mocidade de ambos os sexos* (1788), o autor corrobora esta ideia da mulher como um ser culturalmente mais limitado, o que impossibilitava a abordagem de diversos temas numa conversação com este sexo: “Na conversação das senhoras, não devemos fazer ostentação de tudo quanto houvermos aprendido nos Collegios com grande custo por espaço de dez annos; porque ellas não nos entenderão, e por consequencia lhes seremos enfadonhos” (Anónimo 1801: 163).

Este contexto levou a que surgissem, ainda no século XVIII, os primeiros documentos de reivindicação feminina escritos por mulheres em defesa do seu sexo. Neste âmbito, destacam-se os textos de Paula da Graça, que publica *Bondade das mulheres vendicada, e malicia dos homens manifesta* (1715) e de Gertrudes Margarida de Jesus, que escreveu dois opúsculos intitulados *Primeira [Segunda] Carta Apologetica, em favor, e defesa das mulheres* (1761)¹. Os textos de Jesus surgem como resposta ao *Espelho Critico, no qual claramente se vem alguns defeitos das mulheres* (1761), da autoria de um religioso identificado como Amador do Desengano, que apresenta as mulheres precisamente como seres inferiores em relação ao homem.

Não se sabe ao certo quem foi Gertrudes Margarida de Jesus, no entanto os seus textos deixam transparecer uma mulher de elevada cultura. Nestas cartas, através de um humor requintado, a autora mostra-se detentora de um alto nível intelectual, considerando-se fluente em italiano e também na língua francesa. Por outro lado, a sua escrita revela um inquestionável domínio da técnica retórica, argumentando solidamente contra as acusações masculinas.

De entre os defeitos apontados no *Espelho Critico*, o primeiro que Gertrudes Margarida de Jesus rebate é a ignorância, que ela explica ser a consequência

¹ Para mais informações acerca destas cartas, veja-se TORRES FEIJÓ (2005) e RUIZ (2009).

da falta de acesso das mulheres à instrução, referindo que, se fosse possível às mulheres acederem aos mesmos contextos educativos dos homens, “[...] seria a mayor parte dellas sapientissimas; pois vemos terem havido muitas de tão alta compreensão, e engenho, que ainda sem Mestres, e sem exercicio, tem feito admiraveis progressos, assim nas letras, como nas manufacturas” (JESUS 1761: 8). São várias as figuras do sexo feminino ilustradas a que Jesus alude, mostrando que, apesar dos constrangimentos conhecidos, havia já muitas mulheres a brilhar no panorama cultural português.

Este percurso de reivindicação iniciado pelas mulheres no século XVIII ganha força sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, momento em “[...] que, algumas mulheres, não podendo intervir politicamente, pegam na caneta e se fazem escritoras, jornalistas, publicistas, para defender uma causa, ou causas, que consideram não dizer apenas respeito às mulheres mas a toda a sociedade” (VAQUINHAS 2011: 46).

Assim, uma forma de as mulheres se tentarem afirmar e se fazerem ouvir ao longo do século XIX consistiu precisamente na sua participação em periódicos da época, inicialmente de uma forma mais esporádica e recorrendo frequentemente ao anonimato ou a pseudónimos, pois às mulheres decentes impunha-se recato e silêncio. “Elas atuam em família, confinadas em casa, ou no que serve de casa. São invisíveis. Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. É a garantia de uma cidade tranqüila. Sua aparição em grupo causa medo” (PERROT 2007: 16-17).

Neste âmbito, é digna de destaque a participação feminina em jornais como *A Assembléa Litteraria* (1849) e *A Voz Feminina* (1868), periódicos fundados e dirigidos por mulheres, que visavam despertar a consciência da sua classe. Como salienta Muzart (2003: 226) para o contexto brasileiro, também em Portugal “uma das razões para a criação dos periódicos de mulheres no século XIX partiu da necessidade de conquistarem direitos. Em primeiro lugar, o direito à educação; em segundo, o direito à profissão e, bem mais tarde, o direito ao voto”.

No presente artigo, tendo por base a análise dos dois jornais acima mencionados, pretendemos perceber o papel que estes tiveram no contexto em que surgiram e como vieram possibilitar e potenciar a expressão do pensamento e das reivindicações de um conjunto de mulheres, particularmente no que respeita à questão da instrução feminina, temática polémica que mereceu destaque e debate na sociedade portuguesa oitocentista. Estas mulheres representam um grupo pertencente por norma a uma camada social mais elevada que não se conformava com a imagem de passividade e submissão que lhe estava normalmente associada. As fontes analisadas são uma pequena amostra da forma

como estas mulheres lutaram por uma sociedade mais equilibrada e justa, inspirando outras a promoverem a mudança em prol dos seus direitos.

Estado da arte

Os jornais têm-se constituído, ao longo dos anos, como legítimas fontes para a pesquisa histórica, sendo, por essa razão, escolhidos por diversos investigadores para os seus estudos. Neste artigo, socorremo-nos dos periódicos oitocentistas *A Assembléa Litteraria* e *A Voz Feminina* com o propósito de reunir e disponibilizar informação acerca da visão da mulher sobre a educação feminina durante a segunda metade do século XIX. A opção por estes jornais deveu-se ao facto de *A Assembléa Litteraria* ter sido o primeiro jornal fundado por uma mulher e assinalar o surgimento de uma imprensa feminina mais interventiva e de *A Voz Feminina* ser considerado “[...] o primeiro jornal feminista surgido na Europa” (LEAL 1992: 71).

Por forma a conduzir esta investigação, a metodologia seguida baseou-se na análise documental e na revisão bibliográfica de autores consagrados no âmbito da história das mulheres, da educação feminina e da história da imprensa periódica feminina.

Primeiramente, é uma referência incontornável a *História da Vida Privada em Portugal*, em particular o terceiro volume desta coleção, *A Época Contemporânea* (2011), sob a coordenação de Irene Vaquinhas. Desta autora, são também fundamentais as obras *Nem gatas borralheiras, nem bonecas de luxo. As mulheres portuguesas sob o olhar da História (séculos XIX-XX)* (2005) e *‘Senhoras e mulheres’ na sociedade portuguesa do século XIX* (2011) para uma melhor compreensão do papel da mulher na sociedade portuguesa oitocentista.

No que diz respeito a biografias femininas, são importantes o *Dicionário no Feminino* (2005) e o *Dicionário de Educadores Portugueses* (2003), que apresentam entradas com informações relevantes sobre a vida e obra de mulheres que se destacaram no período em estudo.

Para obtermos uma visão global acerca da história do ensino em Portugal, socorremo-nos de Carvalho (2008), obra incontornável e vastamente documentada que nos dá a conhecer o percurso da atividade pedagógica ao longo dos séculos no nosso país. No âmbito da educação feminina, alguns estudos de produção historiográfica de referência acerca das mulheres remontam já ao século XIX, nomeadamente os escritos de D. António da Costa (1870), que evidenciam a necessidade de um investimento na instrução feminina ao nível da escolaridade básica. O estudo de Rogério Fernandes (1994) permite-nos

traçar um quadro acerca do ensino das primeiras letras no século XIX e conhecer a evolução do ensino feminino nas suas diferentes modalidades, tais como o ensino doméstico, as casas de educação, o ensino nas ordens religiosas e a criação das primeiras escolas régias. A obra *Girls' Secondary Education in the Western World* (2010) apresenta o percurso da educação feminina desde o século XVIII ao século XX no mundo ocidental, ajudando-nos também a compreender o contexto português, que é tratado no capítulo sexto. Por seu turno, a investigação de Pedro (2006) fornece uma visão do contexto educativo das mulheres portuguesas oitocentistas e possibilita uma reflexão acerca da utilidade da instrução feminina na sociedade portuguesa do século XIX. O capítulo 1 “A Educação em Portugal no Século XX” e o capítulo 2 “A Instrução Feminina” de Lopes (2005) constituem-se como um importante contributo para conhecermos, por um lado, os autores que se dedicam à causa da instrução feminina e, por outro, as medidas políticas encetadas e as instituições vocacionadas para o ensino das mulheres. No âmbito dos estudos dedicados à imprensa periódica do século XIX, é de consulta obrigatória o catálogo *Jornais e Revistas Portugueses do Séc. XIX* (1998, 2002), da autoria de Rafael e Santos, complementado pelo inventário incontornável realizado por Ivone Leal *Um século de periódicos femininos: Arrolamento de periódicos entre 1807 e 1926* (1992) acerca dos periódicos femininos. Por sua vez, o artigo de Salvador (2009) contribui para clarificar a natureza dos periódicos femininos e das suas designações. A obra *Imagens da mulher na imprensa feminina de oitocentos. Percursos de modernidade* (2005) de Ana Maria Costa Lopes tem, na área em estudo, um papel de destaque, pois fornece uma reflexão acerca da evolução da mentalidade feminina na época e comprova a importância dos periódicos femininos como fonte para a compreensão da luta da mulher em prol da sua instrução, autonomia e independência, interessando-nos especialmente as partes dedicadas a Antónia Gertrudes Pusich e ao casal Wood. Também a investigação conduzida por Rafael (2011) é um importante contributo para a compreensão do acesso à leitura feminina e do papel da imprensa periódica no século XIX, destacando-se a figura de Antónia Gertrudes Pusich e os três jornais que fundou e dirigiu. Finalmente, para a análise da participação das mulheres na imprensa periódica do século XIX, em particular no jornal *A Voz Feminina*, é imprescindível a leitura de Ildefonso (1998), que analisa as diferentes temáticas abordadas nesta publicação e fornece uma visão acerca das mentalidades e comportamentos das mulheres na época.

Este elenco de trabalhos, uns de carácter mais geral e outros mais específicos, permite-nos traçar um percurso e perceber a importância da imprensa periódica feminina do século XIX, o papel que tiveram as mulheres enquanto

colaboradoras, redatoras e proprietárias deste tipo de imprensa, bem como o seu ideário e reivindicações, particularmente no que respeita à defesa da instrução feminina.

1. A imprensa periódica feminina no século XIX em Portugal

A imprensa feminina surgiu ainda em finais do século XVII, com a publicação, em 1693, do periódico *Ladies' Mercury* (STEARNS 1933), em Inglaterra, no entanto, foi em França que este tipo de imprensa ganhou mais destaque, com a publicação do *Journal de Dames* (1759-1778), que começou por ser apenas um jornal literário, mas posteriormente passou a incluir páginas dedicadas à moda (SULLEROT 1966). Como refere BUITONI (1990: 22),

A imprensa feminina nasceu sob o signo da literatura, logo depois acompanhado pelo da moda. Nos primeiros tempos, moda e literatura dividiam a atenção. Os direitos femininos entraram em cena nos séculos XVIII e XIX, às vezes como dominantes. Paralelamente, os signos da utilidade iam-se introduzindo e ganhando espaço: trabalhos manuais, conselhos de saúde, de economia doméstica.

Esta ligação entre a imprensa e a literatura é uma característica da história do jornalismo europeu, sendo reconhecida, por exemplo, por Mancini (2005) e Neveu (2001). No caso português, o jornalismo “[...] oitocentista pode, em alguns aspetos, ser comparado ao francês onde, não houve, tão-pouco, uma clara separação entre jornalismo e outras formas de literatura, ou entre jornalistas e outros escritores” (SILVEIRINHA 2012: 168).

O surgimento dos primeiros periódicos dedicados ao sexo feminino em Portugal deu-se apenas no início do século XIX, com o lançamento, em 1807², do *Correio das Modas*, seguindo-se-lhe outras publicações do género como *O Toucador*, *A Gazeta das Damas*, *Correio das Damas*. Em geral, estas publicações tiveram uma vida efémera, eram escritas por homens para mulheres e a colaboração feminina era muita escassa. Nestas publicações, predominava uma mentalidade sexista e os temas abordados situavam-se no domínio da frivolidade, debruçando-se sobre moda, poesia, romances, anúncios, crítica literária, crónica social, entre outros. A opção por estes temas justificava-se pelo entendimento de que à mulher apenas interessavam e convinham estas

² Para mais informações acerca da imprensa periódica feminina de oitocentos, veja-se o artigo de LOPES (2018), que apresenta uma “[...] visão das oscilações do movimento do periodismo feminino português de 1807 e 1890 [...]” (LOPES 2018: 29).

questões, sendo, por exemplo, a política e outros assuntos semelhantes considerados inapropriados ao sexo feminino. No entanto, como reconhece Teresa Salvador (2009: 97),

[...] nem toda a imprensa feminina se apresentava acomodada à imagem idealizada do “belo sexo”, compreendida entre o próprio e o impróprio. Também se apresentou extrovertida, combativa e decidida a permanecer no espaço informativo, equacionando os problemas da mulher e da sociedade, juntando a vida privada com a pública e harmonizando valores.

É neste grupo mencionado por Salvador que se enquadra *A Assembléa Litteraria* (1849), jornal que foi fundado por uma mulher, Antónia Gertrudes Pusich (1805-1883)³, figura notável que D. António da Costa de Sousa Macedo (1824-1892) descreve da seguinte forma:

Labutava por esse tempo em Lisboa uma senhora notavel, talento muito flexivel, compondo poemas, elegias, odes, fundando successivamente revistas uteis, *A Cruzada, A Beneficencia, A Assembléa Litteraria*, escrevendo dramas, enchendo de artigos os jornaes, combatendo hoje nas secretarias para comprovar a sua justiça, ámanhan presidindo a um grupo de rapazes inteligentes, no dia seguinte animando quantos seus conhecidos careciam de animo, affeição-do-se aos espiritos elevados do paiz, e advogando sempre a causa do fraco e do opprimido (COSTA 1893: 305).

Antónia Gertrudes Pusich, quebrando a tradição do anonimato, assume-se explicitamente como proprietária e redatora⁴ de *A Assembléa Litteraria*, jornal que identifica como bandeira a questão da instrução, como se pode confirmar pelo subtítulo, *Jornal d’Instrução*, dando especial destaque à defesa da instrução feminina. Trata-se, assim, de um periódico inovador, que “[...] rompe a teia que isolava as mulheres dos fundos problemas económicos e sociais que caracterizavam a vida nacional da época” (LEAL 1992: 85).

Ao contrário dos periódicos anteriores, dirigidos por homens e destinados

³ Para mais informações acerca da vida de Antónia Gertrudes Pusich, veja-se NÓVOA (2003), STONE (2005: 127-129), TALAN (2005) e COELHO e FONTES (2019).

⁴ LOPES (2018: 31) salienta que, no período entre 1807 a 1890, as mulheres “[...] conseguiram igualar-se nas funções e cargos ao outro sexo apesar das muitas dificuldades existentes. Podemos observar todas as funções por elas exercidas e, apesar de serem todas muito importantes, as de proprietária e directora eram de maior responsabilidade e poder. Na verdade, não foi fácil a conquista destas funções por mor da mentalidade vigente. Tudo era transgressão nesta época e é necessário ter sempre isso presente”.

a mulheres, este jornal não se destinava exclusivamente ao público feminino e, por isso, as temáticas não incidiam sobre os temas tradicionais que visavam confirmar o papel da mulher e o seu estatuto subalterno na sociedade. Entre as temáticas abordadas em *A Assembléa Litteraria*, encontram-se textos sobre educação, religião, economia, política, beneficência, literatura, teatro, entre outros. Muitos destes textos eram da autoria da redatora, que contou com um conjunto extenso de colaboradores que incluíam homens, mulheres, jovens conhecidos ou desconhecidos da sociedade da época. Como refere Lopes (2005: 260), Pusich “foi audaz na exposição das suas ideias e em dar guarida às de outras suas contemporâneas nestes diversos espaços que, para si, e para outras, criou”.

Entre as colaboradoras mais conhecidas, encontramos nomes como Catarina Douthat Álvares de Andrada (finais do século XVIII-1860), que dirigiu o periódico *L’Abeille* e colaborou em diversas publicações da época; Antónia Luísa Cabral de Teive Pontes, prima de Antónia Gertrudes Pusich e defensora da causa feminina; e Maria José da Silva Canuto (1812-1890), uma professora extremamente dedicada à causa da instrução feminina. Estas mulheres, juntamente com a redatora, formam o grupo das pioneiras na defesa da instrução feminina, pois foram as “[...] que primeiro ergueram o brado da liberdade intellectual, e o pendão da illustração feminil, que termulará sobranceiro aos seculos, espancando até os ultimos vestigios das sombras da ignorancia” (PUSICH 1849, n.º 4: 28).

Para além de *A Assembléa Litteraria*, Antónia Gertrudes Pusich fundou também *A Beneficencia. Jornal Religioso e Litterario* (1852-1855) e *A Cruzada. Jornal Religioso e Litterario* (1858), jornais que testemunham o seu carácter pioneiro e interventivo na sociedade. Nestas três publicações, expressa corajosamente a sua opinião acerca de variados temas, permitindo à mulher ter voz num contexto particularmente adverso ao sexo feminino, como foi o século XIX. Como refere Antónia Luísa Cabral Pontes (1849, n.º 4: 28), Pusich, “[...] espancando as trevas em que pertendem submergir a illustração feminil, surge atravez de innumeradas difficuldades a levantar seu brado a favor da nossa liberdade intellectual [...]”.

Vinte anos depois da fundação de *A Assembléa Litteraria*, surge *A Voz feminina. Jornal Semanal Scientifico, Litterario e Noticioso*, cujo primeiro número veio a lume no dia 5 de janeiro de 1868 e que, inicialmente, se assumiu como “exclusivamente collaborado por Senhoras”⁵. Trata-se de um periódico histó-

⁵ Esta informação é retirada a partir do n.º 4 do jornal, pois a verdade é que, desde o início, este jornal contou com a colaboração de homens, que escreviam sob pseudónimos, como foi o caso do colaborador que escreveu vários editoriais sob o pseudónimo Carlota A.P.

rico, que, juntamente com *O Progresso*, preencheu “[...] os raros «lugares» de discussão pública e de confronto de ideias, ocupados, anteriormente, pelo grupo que se tinha formado à volta das publicações de Pusich” (LOPES 2005: 362).

Ao longo dos vários números, vão sendo transcritos textos de outros jornais que dão conta do acolhimento favorável que esta publicação mereceu entre alguns dos seus pares, como por exemplo *O País* de Coimbra, *A Voz do Povo* do Funchal, *O Eco do Algarve*, *O Egyptaniense*, *A Aurora do Cávado* ou o *Correio dos Dois Mundos*. Estes jornais fazem menções elogiosas a esta publicação, considerando-a fundamental para a defesa da condição feminina, como podemos ler, por exemplo, na transcrição feita a partir do *Correio dos Dois Mundos*:

Com a devida venia transcrevemos do *Correio dos Dois Mundos* a seguinte apreciação que faz da nossa folha: [...]

A Voz Feminina, representando pois na imprensa o bello sexo, e sendo bem guiada, isto é, respirando os verdadeiros principios da religião de nossos pais e da boa instrucção, póde, em pouco, alcançar um logar elevadissimo na republica das letras, e dar um nobre exemplo de dedicação pela civilização moderna, que nivella a virtude e o talento, quer do homem, quer da mulher (AVF 1868, n.º 27: 1).

Também o *Egyptaniense* tece rasgados elogios a esta publicação pioneira:

A Voz Feminina. – É este o titulo de um excelente jornal, redigido exclusivamente por senhoras, que se publica semanalmente em Lisboa.

Tem artigos primorosos, poesias magnificas.

Á medida que o vamos lendo, sentimo-nos orgulhosos, porque somos portugueses, porque respeitamos a mulher, e suspiramos pela sua emancipação. [...]

Honra a quem teve o nobre arrojo de encetar tão gloriosa publicação; honra ao publico, se lhe prestar o merecido acolhimento (AVF 1868, n.º 33: 1).

No que respeita à estrutura de *A Voz Feminina*, o jornal abria com um editorial, seguindo-se diferentes secções, como a secção literária, das modas, a correspondência, as notícias, artigos didáticos diversos, variedades e anúncios. Os textos abordavam frequentemente temáticas relacionadas com os direitos das mulheres e a defesa da instrução feminina, a religião, a crítica literária e a defesa dos animais, entre outros, contribuindo para o desenvolvimento intelectual da mulher, através do acesso à informação, diversão e cultura. Neste

sentido, “a imprensa [...] é um dos lugares privilegiados da manifestação do pensamento feminino que luta por uma identidade que lhe era negada pelas estruturas sociais. O jornal é o lugar próprio da manifestação das ideias novas” (RAFAEL 2011: 46).

A grande impulsionadora do jornal *A Voz Feminina* foi Francisca de Assis Martins Wood (1896-?), que contou com o apoio do marido, William Thorold Wood, e com a colaboração de mulheres e homens, que se uniram em prol da causa feminina, num estilo inovador. Como salienta Lopes (2005: 362), “possivelmente nunca antes os problemas foram colocados de maneira tão clara, exaustiva e contundente como nas revistas do casal Wood”.

Entre as colaboradoras deste jornal, surgem nomes como Guiomar Torresão, Mariana Angélica de Andrade, Emília da Maia, Maria Adelaide Fernandes Prata, oscilando entre uma linha mais conservadora, como é o caso de Mariana de Andrade, que era mais moderada e que remetia a mulher para o espaço doméstico⁶, e uma linha mais progressista, representada por Guiomar Torresão, que defendia inclusive o direito da mulher ao voto.

O trabalho destas colaboradoras era muitas vezes dificultado pela opinião geral de que a mulher não podia conciliar as suas tradicionais funções com uma atividade intelectual, considerando-se que a redação em jornais pertencia ao domínio masculino⁷. Esta razão terá levado Maria Amália Vaz de Carvalho (1847-1921), por exemplo, a recusar o convite para colaborar com *A Voz Feminina*, argumentando que “[...] as folhas diárias, as publicações efêmeras, o jornal emfim, deve ser masculino, exclusivamente masculino, porque só homens tem o espírito positivo que esse género demanda” (CARVALHO 1868, n.º 25: 4). Atitudes como esta mereceram da redatora uma condenação, aproveitando a situação para criticar duramente a passividade da mulher portuguesa.

Este jornal sofrerá uma alteração, que foi anunciada pela redatora no dia 13 de junho de 1869. Por considerar que o título não era o mais adequado à causa defendida, revela que, a partir do número 77, o jornal surgirá com a designação de *O Progresso*, mantendo, no entanto, o formato original. Também

⁶ Veja-se um exemplo da sua posição relativamente a esta questão:

“A mulher, sentada à banca do estudo, lendo, pensando e escrevendo, não perde nada da sua dignidade, não deixa de velar pela sua casa, nem falta aos deveres três vezes santos de filha, esposa e mãe; mas se tiver um emprego, se for obrigada a entregar a pessoas estranhas o governo domestico, como ha de ser a guarda incansavel de seus filhos, companheira extremosa de seu marido, anjo bom e protector do seu lar?!” (ANDRADE 1868, n.º 30: 1).

⁷ Estas publicações não só permitiram que a mulher expressasse a sua voz, mas também abriram caminho para que estas pudessem aceder à profissão de jornalista, à semelhança do que acontecia em outros países europeus: “Desde então o jornal faz parte das formas de expressão das mulheres, na França e na maioria dos países ocidentais. Ao mesmo tempo, as mulheres ganham acesso a uma profissão que antes era exclusivamente masculina: o jornalismo” (PERROT 2007: 35).

neste editorial, Francisca Wood anuncia que deixará de ser a redatora, devido à má publicidade de que era alvo, cedendo o lugar ao marido, não deixando, contudo, de colaborar no jornal e de expressar a sua opinião livremente, como sempre fez.

Este jornal, que foi polémico, constitui um importante legado que nos permite ter acesso à mentalidade da época e perceber as dinâmicas sociais de então. Pode considerar-se como um canal para as reivindicações femininas, dando voz a um grupo privilegiado de mulheres que puderam divulgar a sua luta e ideário ao seu público leitor. Em síntese e tendo por base as palavras de Maria Isabel Ildefonso (1998: 4), podemos caracterizar *A Voz Feminina*

[...] como a mais significativa publicação orientada por mulheres auxiliadas por homens feministas. Apesar da inevitável datação de algumas abordagens, o jornal é extraordinariamente moderno e progressista e grande parte da problemática continua actual: defesa da democracia, da natureza, combate a racismo, à exclusão social e sexual.

2. A voz da mulher em favor da instrução nos jornais *A Assembléa Litteraria* e *A Voz Feminina*

Como já referido, no século XIX a imagem da mulher estava ainda muito associada a um ser subalterno e intelectualmente inferior ao homem, por isso a instrução de ambos era diferente, como ilustra a citação que se segue:

[...] the girls' education was focused on the teaching of reading and writing, handicrafts, and Christian doctrine, supplying them with the necessary skills to become good mothers and housewives. In almost all of the curricula there was a differentiation of the subjects to be taught to the two sexes, barring women from those related to, for instance, political and economic life (COELHO; FONTES; KEMMLER 2020: 156).

Esta ideia da mulher como alguém mais limitado era representada, por exemplo, pela sua incapacidade em sustentar uma conversa mais profunda ou discorrer acerca de assuntos que ultrapassassem o domínio feminino. Antónia Gertrudes Pusich dá-nos conta dessa imagem da mulher da sua época no n.º 4 do jornal *A Assembléa Litteraria*:

Aparecem n'uma sociedade, ostentam uma brilhante conversação, fazem ele-

gante figura... encantam os espectadores... seduzem... adquirem nomeada, estudam todas essas apparencias phosphoricas; vae um sabio entrar com ellas em discurso... onde está o espirito d'essas fascinadoras beldades?... Evaporou-se! Nem sabem dar uma razão do que dizem!... (PUSICH 1849, n.º 4: 26).

Esta representação da mulher na imprensa da época é uma consequência do papel que a sociedade lhe consignou, pois o objetivo não era que tivesse uma opinião e voz próprias, mas que servisse essencialmente de adorno e de companhia do marido. No editorial do n.º 43 de *A Voz Feminina*, Francisca Wood critica o facto de, desde crianças, as mulheres crescerem num ambiente de frivolidade, em que apenas se valorizava o aspeto exterior. Um exemplo disso era a prática de as meninas de tenra idade acompanharem as suas mães ao teatro, não como forma de aprendizagem ou acesso à cultura, mas apenas para apreciarem as atrizes e os figurinos:

A mamã vai ao theatro, a menina que tem só oito, nove ou dez annos vai tambem; primeira gotta de veneno que cae naquella coração, o qual áquella hora deveria palpitar tranquillamente entre os lençoes no somno restaurante da infancia. A menina leva o seu leque, as suas flores ou fitas na cabeça, e o seu vestidinho *secundum Raymond* (WOOD 1968, n.º 43: 1).

Esta postura da redatora de *A Voz Feminina* é exemplo da linha seguida por muitos escritos surgidos neste jornal acerca da importância concedida pelas mulheres às modas, criticando a superficialidade da mulher, que, tomando parte da vida social e frequentando o espaço público, deveria preocupar-se com a sua instrução de forma a não ser ridicularizada. Esse devia ser o seu propósito, tal como defendia Adelaide B. S. da C. (1868, n.º 1: 4):

Na nossa humilde opinião é preciso que as Senhoras se façam amar pela sua illustração, pelos seus dotes d'alma, e não só pela moda elegante, porque todas nós sabemos o que tudo isto valle no lar domestico.

Que uma Senhora trate dos seus enfeites é justo e curial, mas que sacrifique toda a sua vida a enfeitar-se como qualquer boneca, julgando que só assim póde agradar, é o que nós não admittimos, porque o julgamos um erro manifesto.

A mulher que privilegiava a instrução era digna de admiração, pois cultivava algo que perdurava no tempo, ao passo que a beleza exterior era efémera. Como refere Andrade (1868, n.º 16: 1), “[...] quando a mulher, embora destituida dos favores da natureza e do toucador, tem uma alma boa e generosa, uma educação

solida e illustrada, torna-se digna da mais justa admiração, e tem encantos que o tempo não desvanece, e a própria desgraça respeita”.

Reconhecendo as limitações e a inadequação da educação feminina de então, afigurava-se como imprescindível uma mudança de mentalidades, erguendo diversas mulheres a voz em favor da educação feminina, único meio para atingir na sociedade o lugar merecido: “É effectivamente pelo estudo que a mulher pode attingir á sua maxima elevação, é por elle que a mulher portugueza deve e ha de rehabilitar-se da desagradavel opinião que as nações estrangeiras formam a seu respeito, suppondo-a analphabeta!” (TORRESÃO 1868, n.º 42: 1).

Para além de contribuir para a formação da mulher, a instrução em geral pode ser vista como uma forma de progresso da sociedade, sendo fundamental combater a ignorância:

A ignorancia popular é um monstro hediondo perigosissimo á existencia das sociedades, que o devem atacar, exterminar. Assim pois, todo o ente humano que jaz nas trevas da ignorancia podendo caminhar á luz gloriosa da sabedoria, representa uma fracção de força inutilisada para a sociedade; um agente infructuoso porque nunca foi desenvolvido (WOOD 1869, n.º 79: 1).

Antónia Gertrudes Pusich, por diversas vezes, alude à instrução dos povos como condição necessária para a prosperidade das nações, apelando ao Governo que tome esta causa como sua e que invista no garante do seu futuro:

Se o Parlamento, se o Governo trabalham de coração pelo bem deste paiz, eis a occasião de o mostrar; de nos convencer!... Cuidem na instrucção publica – empreguem todos os seus esforços; destine os meios – firmem as Escolas convidem a coadjuval-os todos aquelles que estiverem competentemente habilitados a ensinar o povo, ou a concorrer por algum modo para tão justa e grandiosa empresa (PUSICH 1854, n.º 15: 1).

Esta pioneira não se inibe de imputar responsabilidades, expressando sempre a sua opinião sem receios e lutando por aquilo que considerava ser o mais vantajoso para a sociedade. No que respeita à instrução feminina, Pusich preocupava-se particularmente com as meninas das classes média e baixa, por serem as que existiam em maior número na sociedade e as mais necessitadas. Nestes casos, a instrução era vista como uma causa social, servindo também como forma de reabilitar a sociedade, evitar a mendicidade, que lhes estava frequentemente reservada, e moralizar os povos. Fica aqui bem plasmado o seu carácter interventivo em favor da beneficência pública.

No caso concreto das meninas das classes nobres e abastadas, Pusich considerava que estas teriam outros meios que lhes permitiriam ter acesso a uma boa instrução. No entanto, o que se constatava é que entre as mulheres mais ricas não se privilegiava a instrução feminina, como nos permite perceber o testemunho feito por uma leitora de *A Voz Feminina*, que lamenta o facto de nunca se ter interessado pela instrução, sendo ‘ignorante e mal educada’ e considerando que a sua condição económica lhe bastava: “Sabe que mais, mamã, eu sou muito rica e a mamã dizia-me, quando eu tinha oito e nove annos, que eu não precisava saber!” (*AVF* 1868, n.º 4: 4).

Francisca Wood insurge-se em diferentes momentos contra as mulheres que nada mais almejavam do que o toucador e os teatros, pretendendo agitar as consciências femininas e fazê-las sair do estado de letargia em que se encontravam: “Não queremos a mulher creança, piegas, banal, como a sociedade a tem feito; queremos-la sensata, nobre, intelligente, economica, elegante, como *deve ser*; como *pode ser*, como *Deus a fez*” (*WOOD* 1868, n.º 43: 2).

Neste sentido, a instrução era vista como a chave para a resolução destes problemas, sendo, no entanto, necessário refletir sobre o tipo de instrução dado às mulheres e o que se pretendia, uma vez que havia muitas matérias que lhes eram vedadas.

Contrariando esta perspectiva de que a mulher era intelectualmente inferior e que não tinha estrutura física e mental para receber uma educação mais esmerada, já no século XVIII surgiam vozes, como a de Luís António de Verney (1713-1792) e António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783), que defendiam a educação feminina, tendo por base as ideias modernas de tratadistas franceses, como François de Salignac de La Mothe-Fénelon (1651-1715) e Charles Rollin (1661-1741).

Na sua obra *Verdadeiro metodo de estudar: para ser util à Republica, e à Igreja* (1746), Verney (1746, II: 291-300) apresenta, no final da última das suas 16 cartas, um breve apêndice dedicado ao “ESTUDO DAS-MOLHERES”, no qual defende que “Polo que toca à capacidade, é loucura persuadiar-se que as Molheres tenham menos, que os Omens”. Refletindo acerca da mulher portuguesa setecentista, constata a generalizada falta de conhecimentos.

Neste sentido e porque considerava a instrução da mulher fundamental, Verney apresenta neste apêndice uma proposta de programa para o ensino feminino, que deveria contemplar a aprendizagem da Língua Materna, Aritmética, História, Economia, Trabalhos Manuais, Dança e Latim.

Um século depois, a questão das disciplinas a serem estudadas pelo sexo feminino continuava a merecer destaque e é abordada por Maria Adelaide Fernandes Prata, uma correspondente do Porto, no n.º 4 de *A Voz Feminina*,

que considerava a utilidade de as raparigas estudarem Geografia, Matemática e Astronomia e lamentava que, em vez disso, despendessem tantas horas a estudar piano. Termina esta correspondência com um apelo, que resume a sua intervenção: “Antes tocar menos e cuidar mais das letras” (PRATA 1868, n.º 4: 3).

Para além do piano, as meninas também estudavam francês, que na época gozava de grande prestígio junto das classes mais elevadas da sociedade. Criticando a superioridade atribuída pelas mães de família a esta língua, Maria Adelaide Prata lamentava o facto de não se conferir a devida atenção à língua materna, o que culminava numa aprendizagem sofrível das duas línguas: “[...] o que acontece, é que ellas enthusiasmas com uma lingua estranha, que aprendem quasi sempre de leve, ignoram a riqueza da sua, que fallam mal e escrevem peor” (PRATA 1868, n.º 3: 3).

Concordando com Maria Adelaide Prata, outra correspondente deste jornal enfatiza anedoticamente as deficiências evidenciadas pelas mulheres portuguesas no que respeita ao uso da língua materna, defendendo que a redatora não deveria aceitar contribuições em que não se respeitasse o uso correto da língua:

Realmente faz vergonha ouvir meninas (assim com as que já não são meninas) que se prezam de fallar francês; que se assentam ao piano e tocam um bello potpourri, dizerem na lingua materna:

«Ó Quinquinha comestes hoje o *espernegado*?»

«Não comi, porque cahio *ferrugem* na cassarola!

«Pois olha *hades* comer amanhã!!» (W. 1868, n.º 5: 2).

As dificuldades evidenciadas pelas mulheres não se circunscreviam apenas ao domínio da língua portuguesa, carecendo também de noções básicas e elementares, consequência da instrução limitada que lhes era ministrada. Como se sabe, na época, geralmente as raparigas não ultrapassavam o nível mais elementar da escolarização e apresentavam elevados índices de analfabetismo, como se pode comprovar pela análise do *Anuário Estatístico do Reino de Portugal*, que, reportando-se ao ano de 1878, informa que existiam 2 120 501 analfabetas face aos 1 631 273 de analfabetos (CARVALHO 2008: 614). Tal falta de escolarização é evidenciada, por exemplo, por Luísa H. P. (1969, n.º 66: 2) em *A Voz Feminina*:

A maior parte das senhoras, com honrosas excepções, ignoram as simples noções de physica, a posição geographica do seu paiz, as partes em que o

mundo é dividido, as leis que governam os corpos, a historiapatria e outras cousas, que é de grande conveniencia saberem, e que infelizmente ignoram, repito com honrosas excepções.

Uma consequência desta falta de instrução é a lamentável constatação que Antónia Gertrudes Pusich faz em *A Assembléa Litteraria* de que, face à imperiosa necessidade de criação de novas escolas, as mulheres não poderiam assumir a função de professoras, pela falta de conhecimentos que evidenciavam:

Poucas senhoras sabem escrever bem; não digo só do bem lançado, ou da bonita forma da letra; mas da orthographia, e mais circumstancias precisas; poucas senhoras sabem fallar o patrio idioma, porque não aprenderam grammatica. E como hão de ensinar os outros? (PUSICH 1849, n.º 4: 26).

Recorde-se que, em Portugal, apesar da boa vontade governamental em colmatar a carência ao nível da instrução feminina, só em 1816 se aplica a resolução régia de 1790⁸ e se instalam as 18 escolas de meninas previstas na cidade de Lisboa, do mesmo modo que se nomeiam as três primeiras mestras régias de ler, escrever e contar⁹. Tal atraso poder-se-á explicar não só por razões de carácter financeiro, mas também pelo próprio preconceito existente em torno do ensino feminino (FERNANDES 1994: 174).

Na opinião de Pusich, uma vez que as mulheres não possuíam a formação necessária, dever-se-iam limitar a ministrar conteúdos próprios do seu sexo, como coser, fiar, bordar e música, não causando, assim, danos na aprendizagem das meninas. Como a própria assume, lamentavelmente, teria de caber ao homem a tarefa de ministrar os conteúdos mais complexos, até que as mulheres reunissem condições para assumirem estas funções.

Como se sabe, só em meados do século é que se dá o primeiro passo para a preparação profissional das professoras, sendo necessário esperar pela década de 1860 para que entrasse em funcionamento a primeira Escola Normal do sexo feminino de Lisboa (GOMES 1996: 37). É precisamente a pensar na necessidade de preparação científica e pedagógica das professoras que D. António da Costa, enquanto ministro da Instrução Pública, determinou a criação, em 1870, de duas escolas Normais, em Lisboa e no Porto, destinadas ao sexo feminino.

Como autor, Costa assumiu-se como um defensor da instrução feminina

⁸ Para a transcrição desta Resolução, veja-se FERNANDES (1994: 613).

⁹ Margarida Jesus, Maria Procópio e Teresa Rosa de Jesus podem ser consideradas as três primeiras professoras do ensino primário oficial em Portugal (NÓVOA 1987: 422).

no século XIX, tendo-lhe dedicado um capítulo na sua obra *A Instrução Nacional*, publicada em 1870, na qual, entre outros aspetos, lamentava a reduzida escolarização feminina e defendia inclusive que, “[...] na duvida, a educação do sexo feminino seja preferida á do sexo masculino. Bastaria a razão de que um homem educado pôde deixar os filhos por educar; uma mulher, não os deixará de certo” (COSTA 1870: 127). No entanto, opunha-se ao acesso da mulher a patamares mais elevados, afastando-a da “[...] emancipação politica e scientifica [...]” (COSTA 1870: 142).

Como se verifica pelas palavras de D. António da Costa, vivíamos ainda numa sociedade muito conservadora, em que mesmo homens que reconheciam direitos à mulher não aceitavam a sua emancipação. Continuaria, assim, a existir uma grande desigualdade que se verificava particularmente no tipo de instrução ministrada ao homem e à mulher, defendendo-se que “[...] uma instrução de alto nível não era possível nem desejável para as raparigas, argumentando com a sua pretensa inferioridade intelectual e com o facto de, assim, se eximirem aos deveres familiares” (VAQUINHAS 2005: 76).

A este propósito, como muito bem questiona Francisca Wood (1869, n.º 93: 1), “o que seria o homem se a sua educação se limitasse ao estudo *puramente manual* do piano, a escrever, a ler duas ou tres linguas e a falla-las pessimamente, aos primeiros rudimentos de geographia, a coser, bordar crochet, etc. etc.” Neste sentido, e na linha do que já havia sido feito por Antónia Gertrudes Pusich, Francisca Wood apela a que se dessem as mesmas condições às mulheres e que se lhes permitisse o acesso à ciência. Certamente não seriam poucas as que igualariam ou ultrapassariam o homem em inteligência.

Considerações finais

Em Portugal, o século XIX ficou marcado pelo surgimento da imprensa periódica feminina, desempenhando esta um papel importante num contexto muito desfavorável à mulher. A escrita na imprensa, nomeadamente em jornais como *A Assembléa Litterária* e *A Voz Feminina* (este último de pendor mais progressista), veio permitir a um grupo privilegiado de mulheres expressar a sua voz e os seus anseios, numa altura em que ainda não existiam associações ou outros movimentos feministas que lutassem em favor dos direitos da mulher. A imprensa periódica feminina constitui-se, assim, como uma importante fonte de investigação, que fornece um manancial de informação acerca da mulher e das suas vivências, permitindo-nos conhecer a mentalidade e a panorâmica social da época.

Num momento inicial, a imprensa periódica feminina destinava-se às mulheres, mas era pensada e produzida por homens, que mantinham a sua visão sexista, facto visível na escolha e na abordagem dos temas publicados. No entanto, nem todos os periódicos se acomodaram a esta visão mais redutora e tradicional da mulher e, em meados do século, surgiu o jornal *A Assembléa Litterária*, que se assumiu como um meio para o desenvolvimento cultural das mulheres, abrindo-lhe assim as portas da atividade intelectual. A esta publicação juntou-se *A Voz Feminina*, com um carácter ainda mais progressista, pretendendo agitar as mentalidades da época. Nestas publicações, muitas mulheres despiam os véus que as cobriam, assumindo corajosamente a autoria daquilo que escreviam e os ideais por que lutavam.

Uma das bandeiras destes dois periódicos foi precisamente a luta pela instrução feminina, alicerce fundamental para as mulheres alcançarem um estatuto que ultrapassasse as suas habituais funções domésticas. Com o presente estudo, procuramos destacar precisamente os textos destes jornais em que as mulheres reivindicaram o direito à instrução feminina. Neste âmbito, e de forma a contrariar a ignorância associada ao sexo feminino, as mulheres que escreveram nos jornais defenderam a criação de mais escolas, a possibilidade de o ensino ultrapassar o nível elementar para que pudessem ter acesso a outro tipo de profissões, a inclusão no currículo de disciplinas que lhes estavam habitualmente vedadas, por se considerar que não detinham capacidade intelectual para as estudar ou ainda uma formação mais adequada para que pudessem ser as mulheres a assegurarem o ensino.

Estes jornais e as temáticas neles tratadas evidenciam, assim, uma clara mudança nos gostos e interesses da mulher oitocentista, que deixa de ser apenas ouvinte e passa a socorrer-se da caneta para começar a expressar as suas preocupações. A sua participação na imprensa periódica terá contribuído para o ambiente de mudança que se fazia sentir no final do século, numa altura em que começavam a surgir os ideais republicanos, que valorizavam a educação feminina, considerada como a chave para a emancipação social e económica da mulher, para a igualdade de direitos entre os dois sexos e o acesso a diversas profissões.

Em síntese, nestes jornais, as mulheres lutaram pela dignidade do sexo feminino e por uma maior igualdade de direitos relativamente ao homem. “A mulher livre ao lado do homem livre” é o lema do jornal *A Voz Feminina*, que surge no cabeçalho a partir do n.º 51, uma audaz proposta na época e que constituiria uma solução para muitos dos problemas aqui apontados.

Bibliografia

Fontes

- ANDRADE, Mariana Angélica de (1868). “Lisboa 3 de Maio de 1868”. *A Voz feminina*, 16, 1.
- ANDRADE, Mariana Angélica de (1868). “Lisboa 9 de agosto de 1868”. *A Voz feminina*, 30, 1.
- ANÓNIMO (1801). *Elementos da civilidade e da decencia, para instrucção da mocidade de ambos os sexos. Traduzidos do francez em vulgar e divididos em tres partes*. Lisboa: Typographia Rollandiana.
- AVF = *A Voz feminina* (1868). “A Voz Feminina”. *A Voz feminina*, 27, 1.
- AVF = *A Voz feminina* (1868). “Correspondencia”. *A Voz feminina*, 4, 4.
- AVF = *A Voz feminina* (1868). “Lisboa 30 de Agosto de 1868”. *A Voz feminina*, 33, 1.
- B. S. da C., Adelaide (1868). “Correspondencia”. *A Voz feminina*, 1, 4.
- CARVALHO, Maria Amália Vaz de (1868). “Correspondencia”. *A Voz feminina*, 25, 4.
- COSTA, D. António da (1870). *A Instrucção Nacional*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- COSTA, D. António da (1893). *A mulher em Portugal*. Lisboa: Livraria Férin.
- DESENGANO, Amador do (1761). *Espelho critico, no qual claramente se vem alguns defeitos das Mulheres, fabricado na loja da verdade pelo Irmaõ Amador do Dezengano, que pôde servir de estimulo para a reforma dos mesmos defeitos*. Lisboa: Antonio Vicente da Silva.
- H. P., Luísa (1869). “Correspondencia”. *A Voz feminina*, 66, 2.
- JESUS, Gertrudes Margarida de (1761). *Primeira [Segunda] Carta Apologetica, em favor, e defesa das mulheres, escrita por Dona Gertrudes Margarida de Jesus, ao Irmaõ Amador do Dezengano, Com a qual destroe toda a fabrica do seu Espelho Critico*. Lisboa: Francisco Borges de Sousa.
- PONTES, Antónia L. Cabral (1849). Sem título. *A Assembléa Litteraria*, 4, 28-29.
- PRATA, Maria Adelaide Fernandes (1868). “Correspondencia”. *A Voz feminina*, 4, 3.
- PRATA, Maria Adelaide Fernandes (1868). “Correspondencia”. *A Voz feminina*, 3, 3.
- PUSICH, Antónia Gertrudes (1849). “Educação”. *A Assembléa Litteraria*, 4, 25-28.
- PUSICH, Antónia Gertrudes (1854). “Instrucção Publica”. *Beneficencia*, 15, 1.
- VERNEY, Luís António (1746, II). *Verdadeiro metodo de estudar, igreja. Pro-*

- porcionado ao estilo, e necessidade de Portugal. polo R. P. *** Barbadinho da Congregasam de Italia, ao Coimbra. Tomo segundo. Valensa: Antonio Balle. W. (1868). “Correspondencia”. *A Voz feminina*, 5, 2.
- WOOD, Francisca (1868). “Escripto dedicado ao Ill.^{mo} SR. JP T. Cardona, distincto folhetista da «Gazeta da Beira.»”. *A Voz feminina*, 43, 1-2.
- WOOD, Francisca (1869). *O Progresso*, 79, 1.
- WOOD, Francisca (1869). “Lisboa 24 de Outubro de 1869”. *O Progresso*, 93, 1.

Estudos

- ALBISETTI, James C.; GOODMAN, Joyce; ROGERS, Rebecca (2010). *Girls' Secondary Education in the Western World: From the 18th to the 20th Century*. New York: Palgrave Macmillan.
- BUITONI, Dulcília Helena Schroeder (1990). *Imprensa Feminina*. São Paulo: Ática.
- CARVALHO, Rómulo (2008). *História do Ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- COELHO, Sónia; FONTES, Susana (2019). “Antónia Gertrudes Pusich e a defesa da instrução feminina no século XIX”. *Faces de Eva, Revista de Estudos sobre a Mulher*, 41, 107-119.
- COELHO, Sónia; FONTES, Susana; KEMMLER, Rolf (2020). “The female contribution to language studies in Portugal”, in W. Ayres-Bennett e H. Sanson (eds.), *Women in the History of Linguistics*. Oxford: Oxford University Press, 145-166.
- FERNANDES, Rogério (1994). *Os caminhos do ABC – Sociedade Portuguesa e Ensino das Primeiras Letras*. Porto: Porto Editora.
- GOMES, Joaquim Ferreira (1996). *Estudos para a história da educação no século XIX*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- ILDEFONSO, Maria Isabel Moutinho Duarte (1998). *As mulheres na imprensa periódica do século XIX. O Jornal A Voz Feminina (1868-1869)*. Lisboa: Universidade Aberta.
- LEAL, Maria Ivone (1992). *Um século de periódicos femininos: Arrolamento de periódicos entre 1807 e 1926*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, Ministério do Emprego e da Segurança Social.
- LOPES, Ana Maria Costa (2005). *Imagens da Mulher na imprensa feminina de oitocentos. Percursos de modernidade*. Lisboa: Quimera.
- LOPES, Ana Costa (2018). “Tendências progressistas e conservadoras na imprensa periódica feminina portuguesa de Oitocentos”. *Miscelânea*, v.

- 24, jul-dez, 27-43.
- MANCINI, P. (2005). “Is there a European model of journalism?” in Hugo de Burgh (ed.), *Making Journalists*. Londres: Routledge.
- MATOSO, José (dir.) (2011). *História da Vida Privada em Portugal*, volume III - *A Época Contemporânea* (coordenação de Irene Vaquinhas). Lisboa: Temas e Debates; Círculo de Leitores.
- MUZART, Zahidé Lupinacci (2003). “Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX”. *Revista Estudos Feministas*, v. 11, 1, 225-233. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2003000100013&lng=en&nrm=iso (consultado em 4 de setembro de 2020).
- NEVEU, E. (2001). *Sociologie du Journalisme*. Paris: Edition La Decouverte.
- NÓVOA, António (1987). “Do Mestre-Escola ao professor do ensino primário. Subsídios para a história da profissão docente em Portugal (séculos XV-XX)”. *Análise Psicológica*, 3/5, 413-440.
- NÓVOA, António (dir.) (2003). *Dicionário de educadores portugueses*. Porto: Edições Asa.
- PEDRO, Carlota Maria Conceição Aires (2006). *A Educação feminina no século XIX em Portugal: em busca de uma consciência*. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
- PERROT, Michelle (2007). *Minha história das mulheres*. Tradução de Angela M. S. Córrea. São Paulo: Editora Contexto.
- RAFAEL, Gina Guedes; SANTOS, Manuela (org. e coord.) (1998, 2002). *Jornais e revistas portuguesas do século XIX*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- RAFAEL, Gina Guedes (2011). *A leitura feminina na segunda metade do século XIX em Portugal: Testemunhos e Problemas*. Lisboa: FCSH da Universidade Nova de Lisboa.
- RUIZ, Betina dos Santos (2009). *A retórica da mulher em polémicas de folhetos de cordel do século XVIII. Os discursos apologéticos de Paula da Graça, Gertrudes Margarida de Jesus, L.D.P.G. e outros nomes (quase) anónimos*. Dissertação de mestrado. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- SALVADOR, Teresa (2009). “Em torno dos periódicos femininos”. *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, 26, 95-117.
- SILVEIRINHA, Maria João (2012). “As mulheres e a afirmação histórica da profissão jornalística: contributos para uma não-classificação da História do jornalismo”. *Comunicação e Sociedade*, vol. 21, 165-182.
- STEARNS, B. (1933). “Early English Periodicals for Ladies (1700–1760)”. *PMLA/Publications of the Modern Language Association of America*, 48(1), 38-60.

- STONE, Maria Emília (2005). “Antónia Gertrudes Pusich”, in Zília Osório de Castro e João Esteves (dir.), *Dicionário no feminino (século XIX-XX)*. Lisboa: Livros Horizonte, 127-129.
- SULLEROT, Evelyne (1966). *Histoire de la presse féminine en France des origines à 1848*. Paris: A. Colin.
- TALAN, Nikica (2005). “In memoriam à esquecida Antónia Gertrudes Pusich”. *SPRAZ L*, 145-192.
- TORRES FEIJÓ, Elias José (2005). “Cartas apologéticas, cartas polemistas. As cartas apologéticas de Gertrudes Margarida de Jesus. Argumentação e inovação”, in Vanda Anastácio (ed.), *Correspondências. Usos da Carta no Século XVIII*. Lisboa: Edições Colibri, 223-253.
- TORRESÃO, Guiomar (1868). “Á minha amiga e collega a Ex.^{ma} SR.^a D.^a Marianna A. de Andrade”. *A Voz feminina*, 42, 1.
- VAQUINHAS, Irene (2005). *Nem gatas borralheiras, nem bonecas de luxo. As mulheres portuguesas sob o olhar da História (séculos XIX-XX)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- VAQUINHAS, Irene (2011). *‘Senhoras e mulheres’ na sociedade portuguesa do século XIX*. Lisboa: Edições Colibri, Coleção Colibri História.